

As raízes do confinamento: a violência contra os Kaiowá e Guarani e a crise atual

Antonio Hilario Aguilera Urquiza¹

Resumo: O presente artigo objetivou desenvolver breve reflexão a respeito de como os povos indígenas brasileiros têm passado por inúmeros processos de violência sistêmica, marcada especialmente pela perda dos territórios tradicionais e as tentativas, por parte do Estado de integração na ordem nacional, com o total desrespeito por suas culturas, línguas e visão de mundo, o que chamamos de epistemicídio. Nesta corrente histórica de violências, muitos sucumbiram através das guerras, submissão à escravidão e, sobretudo, vítimas das doenças dos europeus. Poucos resistiram e seguem vivendo sobre o espectro da violência, muitas das vezes, impulsionada pelo próprio Estado e órgãos que deveriam ser de proteção. No contexto atual, a pandemia tem revelado mais ainda, a face cruel da violência, especialmente contra os povos indígenas. Pretendeu-se ainda, discutir o descaso do Estado brasileiro com os direitos humanos dessas populações mais vulneráveis. Em termos metodológicos, a pesquisa é de caráter qualitativa, privilegiando alguns autores, em especial os pós-coloniais (Santos, 2009; Quijano; 2005; Grosfoguel 2007), os quais permitem discussões e olhares investigativos outros, para compreender esta realidade ambivalente dos indígenas, assim como foram utilizadas pesquisas acerca do avanço do novo coronavírus entre etnias indígenas brasileiras, além de dados secundários de depoimentos em sites de ONGs e institutos especializados no assunto. A pesquisa nos mostra que a realidade da pandemia escancarou o quanto a sociedade brasileira é desigual em vários níveis e diferentes contextos, e como são tratadas deficientemente as questões de saúde de grupos vulneráveis, aumentando ainda mais, a sequência histórica de violências contra os indígenas. Evidenciou, ainda, que não há políticas de saúde adequadas e eficazes voltadas aos grupos vulneráveis que são os que mais sofrem perdas com esta crise sanitária e humanitária, assim como outras políticas de violência contra os direitos indígenas, garantidos na Constituição Federal, como a demarcação de seus territórios tradicionais.

Palavras chave: Povos indígenas; Violência; Pandemia; Direitos humanos; Território;

¹ Doutor em Antropologia de Iberoamérica pela Universidade de Salamanca, Espanha. Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil. hilarioaguilera@gmail.com

Introdução

O presente artigo é fruto da experiência e de vários anos de pesquisa e convivência com os povos indígenas Kaiowá e Guarani, no sul do Estado de Mato Grosso do Sul, e tem por objetivo desenvolver breve reflexão a respeito do processo histórico e sistêmico de violência pelo qual tem passado os povos indígenas no Brasil. Na verdade, podemos colocar no plural, “violências”, pois historicamente, elas se deram em vários níveis, com destaque especial para a perda dos territórios tradicionais e os genocídios; assim como as tentativas, por parte do Estado de integração na ordem nacional, com o total desrespeito por suas culturas, línguas e visão de mundo, o que chamamos de epistemicídio.

Trata-se de um estudo relevante, por ressaltar, na forma de uma “arqueologia da violência” (CLASTRES, 2004), o processo sofrido pelo povo Kaiowá e Guarani neste último século, como um coroamento da posição genocida do Estado brasileiro, o qual além do extermínio desses povos, ainda atenta contra sua cultura, cosmologia e conhecimentos.

Desenvolvimento

Nesta corrente histórica de violências, muitos sucumbiram através das guerras, submissão à escravidão e, sobretudo, vítimas das doenças dos europeus. Poucos resistiram e seguem vivendo sobre o espectro da violência, muitas das vezes, impulsionada pelo próprio Estado e órgãos que deveriam ser de proteção. No caso específico do povo Kaiowá e Guarani, passaram por um processo recente, se comparado com o restante do Brasil, de esbulho violento de seus territórios tradicionais. O próprio Estado, através do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), na segunda década do século XX, começa a executar uma política de criar reservas para os indígenas no sul do então Mato Grosso. Foram criadas sete reservas (ao redor de 2 a 3 mil h/a cada), com o nítido propósito de concentrar as famílias indígenas, para melhor controle do Estado e produção de mão-de-obra e, ato contínuo, liberar território para a colonização, o que se efetiva nas décadas de 30 e principalmente 1940, com a política da “Marcha para o Oeste”, do então presidente Getúlio Vargas. Foi um violento processo de expropriação dos territórios tradicionais dos Kaiowá e Guarani.

Conforme Aguilera Urquiza & Prado (2015, p. 50), atualmente estima-se que a população Kaiowá e Guarani da região sul do estado de Mato Grosso do Sul é de um número em torno de 52.000 pessoas (IBGE, 2016)². Desse total, aproximadamente 2.700 vivem em situação de acampamentos à beira de estradas ou em pequenas áreas dentro dos seus antigos territórios, cerca de 38.700 em reservas indígenas criadas pelo SPI nas décadas de 1910 e 1920, e 11.000, em Terras Indígenas demarcadas após os anos 1980.

Esse problema estudado tem relevância, pois na atualidade, o processo de violência segue seu curso. Conforme dados do último Relatório do CIMI (2020) de Violência contra os povos indígenas no Brasil, a violência não é apenas patrimonial (territórios), mas sobretudo física e cultural. Além das mortes de lideranças, vemos o descaso com as línguas e culturas indígenas, sem falar no aspecto da saúde. No contexto atual, a pandemia tem revelado mais ainda, a face cruel da violência, especialmente contra os povos indígenas. Assim, o texto objetiva também, discutir o descaso do Estado brasileiro com os direitos humanos dessas populações mais vulneráveis.

Aspectos metodológicos

Em termos metodológicos, a pesquisa é de caráter qualitativa, privilegiando alguns autores, em especial os pós-coloniais (Santos, 2009; Quijano, 2005; Grosfoguel 2007), os quais permitem discussões e olhares investigativos outros, para compreender esta realidade ambivalente dos indígenas, assim como foram utilizadas pesquisas acerca do avanço do novo coronavírus entre etnias indígenas brasileiras, além de dados secundários de depoimentos em sites de ONGs e institutos especializados no assunto.

Resultados e conclusão

A pesquisa nos mostra que a realidade da pandemia escancarou o quanto a sociedade brasileira é desigual em vários níveis e diferentes contextos, e como são tratadas deficientemente as questões de saúde de grupos vulneráveis, aumentando ainda mais, a sequência histórica de violências contra os indígenas. Evidenciou, ainda, que não há políticas de saúde adequadas e eficazes voltadas aos grupos vulneráveis que são os que mais sofrem perdas com esta crise sanitária e humanitária, assim como outras políticas de violência contra os direitos indígenas, garantidos na Constituição Federal, como a demarcação de seus territórios tradicionais.

À guisa de conclusão, podemos dizer que os povos indígenas seguem resistindo a 500 anos de violentos massacres, contra suas vidas, seus territórios e, sobretudo, contra suas culturas e conhecimentos. O desrespeito ao território tradicional vem aliado do descaso com a saúde e com a autonomia desses povos, assim como o desrespeito ao direito garantido na Convenção 169 da OIT, que é o direito à autodeterminação. Os povos indígenas demonstram que somente com a organização e a capacidade de resiliência, conseguem anunciar que “outro mundo é possível”.

Referências

- AGUILERA URQUIZA, A. H; PRADO, José H. O impacto do processo de territorialização dos Kaiowá e Guaraní no sul de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Tellus, ano 15, n. 29, p. 49-71, jul./dez. 2015.
- CIMI. Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil. Dados de 2019. Brasília. 2020.
- CLASTRES, Pierre. Arqueologia da Violência. Pesquisas de antropologia política. SP: Editora Cosac & Naify. 2004.
- GROSFOGUEL, Ramon. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias decoloniais. In: Ciência e cultura. São Paulo: v. 59, n. 2, p. 32-35. 2007.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.